

Nota do

Movimento Ordem Democrática - DF

Na sessão extraordinária do Conselho Pleno da OAB/DF realizada ontem (08/09) foram votadas propostas de encaminhamento ao Conselho Federal de pedidos de impeachment dos Ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli e do Procurador-Geral da República. Com o voto contrário de cerca de 44% dos presentes, dentre os quais as Conselheiras e Conselheiros da Ordem Democrática, foi aprovado o encaminhamento ao Conselho Federal dos pedidos de impeachment dos Ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.

Por outro lado, formou-se maioria para barrar o encaminhamento de pedido de impeachment em relação ao Procurador-Geral da República, Paulo Gonet e afastamento do Ministro Flávio Dino das investigações sobre as emendas PIX. Aprovou-se, ainda, por maioria, manifestação no sentido da necessidade de investigação do Ministro André Mendonça.

Não foi deliberado o pedido de impeachment, mas que a Seccional do Distrito Federal defenda junto ao Conselho Federal, único órgão que representa a Ordem em âmbito nacional, essa posição.

Neste momento de grave crise no Supremo Tribunal Federal, a 25 dias do primeiro turno do processo eleitoral de maior importância para a sociedade, reafirmamos que a advocacia tem, por missão constitucional, ser a guardiã das garantias fundamentais, e é por isso que votamos como votamos.

Diante da gravidade dos fatos recentemente tornados públicos, sustentamos que a resposta institucional não pode oscilar entre o corporativismo e o justicamento. A força da Constituição reside no equilíbrio, na serenidade e no respeito estrito aos ritos do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Em respeito à advocacia do Distrito Federal e à sociedade, cumpre prestar os devidos esclarecimentos acerca de nossa posição contrária às recentes deliberações do Conselho Seccional, reafirmando o compromisso inegociável com o devido processo legal, a ética e a independência da advocacia.

A gravidade do momento exige rigor, celeridade e isenção absoluta na apuração de todos os fatos, sem exceções e aplicação indistinta a todos os atores envolvidos, inclusive à relatoria dos inquéritos no Supremo Tribunal Federal e à condução dos trabalhos no âmbito da Procuradoria-Geral da República.

Por esta razão, a Ordem Democrática, ao tempo em que concordou com a investigação (e não com o impeachment) do Ministro Alexandre de Moraes, também defendeu a investigação do Ministro André Mendonça, ante o vazamento seletivo das investigações, o que foi aprovado pela maioria do Conselho Pleno.

Por essa razão, nos opomos firmemente à adoção de medidas cautelares respaldadas nos indícios de um relatório que a própria Polícia Federal declarou não exaustivo. Sob o mesmo fundamento, rejeitamos o afastamento sumário do Diretor-Geral da Polícia Federal, determinado de forma monocrática.

Reiteramos que este posicionamento trata da salvaguarda intransigente do processo legal.

Somado a isso, ressaltamos a necessidade de estrita autocontenção institucional em período eleitoral, porque a menos de 30 dias das eleições nacionais, a OAB deve demonstrar à sociedade a mesma prudência e neutralidade que exige do sistema de justiça, alinhando-se ao dever de neutralidade estatal reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 1.017.

Deliberações precipitadas sobre impeachments de Ministros impactam de forma indevida o processo eleitoral, de modo que a OAB não pode, sob qualquer pretexto, converter-se em instrumento de campanha eleitoral, sob pena de apequenar-se.

Defender as instituições republicanas importa exigir que as regras processuais e as garantias constitucionais sejam cumpridas, independentemente dos nomes e dos cargos envolvidos.

Inclusive, esta é a posição do Conselho Federal da OAB, que tem defendido a apuração rigorosa e isenta em relação a quem quer que seja, com devido processo, ampla defesa e presunção de inocência.

É também a posição de treze ex-ministros do Supremo, que pediram apuração sob o devido processo sem nomear ninguém.

Mesmo discordando do resultado, atuamos com firmeza e com os recursos que tínhamos à disposição. O debate foi fundamental e a maioria definiu o caminho, exatamente como deve ser em uma democracia.

A Ordem Democrática está com a Ordem!

